

## **(DES)MATIZANDO O CURSO DE PEDAGOGIA DA UEM-SEDE: DEBATE DAS COTAS RACIAIS E DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA**

Miriam Suellen de Oliveira (PIC/CNPq/FA/UEM), Eliane Rose Maio (Orientadora). E-mail: [ermaio@uem.br](mailto:ermaio@uem.br)

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

**Área e subárea do conhecimento:** Ensino Aprendizagem e Métodos e técnicas de ensino

**Palavras-chave:** Equidade Racial; Educação Inclusiva; Teoria Crítica Racial.

### **RESUMO**

A estrutura social brasileira é profundamente marcada pelo racismo, manifestando-se na histórica exclusão da população negra dos espaços políticos, econômicos e educacionais, com destaque para o Ensino Superior. Nos últimos anos, observam-se avanços significativos impulsionados por discussões acerca de preconceitos sociais e por iniciativas como os Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que visam à valorização das culturas afro-brasileira e indígena. Este estudo tem como objetivo investigar a presença de alunos e docentes negros no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá – Sede, analisar as percepções sobre as cotas raciais e verificar a inclusão de temas étnico-raciais na grade curricular. A pesquisa envolveu a participação de 127 discentes, dos segundos aos quintos períodos, no turno matutino e noturno, mediante a aplicação de questionários. Os resultados indicam que, apesar dos avanços alcançados, ainda são necessárias políticas e ações mais eficazes para assegurar a equidade racial e a representatividade da população negra no âmbito acadêmico.

### **INTRODUÇÃO**

O presente estudo investiga a presença e a representatividade de alunos e professores negros no curso de Pedagogia da UEM, bem como a efetividade das políticas de cotas raciais e a inclusão de temáticas afro-brasileiras e africanas no currículo. A pesquisa foi motivada pela necessidade de avaliar como a diversidade

étnico-racial é tratada e promovida no ambiente acadêmico, considerando o papel essencial da educação na formação de uma sociedade mais justa e equitativa. A análise dos dados coletados visa contribuir para o debate sobre a necessidade de políticas mais efetivas que possam assegurar a inclusão e a representatividade de negros no ensino superior, promovendo uma universidade que reflita a diversidade racial da sociedade brasileira.

Na obra de 2011, "Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil", Sueli Carneiro, filósofa e ativista do movimento negro, destaca as dificuldades históricas dos censos brasileiros em classificar a população por cor ou raça. Carneiro (2011) aponta que essas dificuldades expressas por meio de mudanças nos critérios de classificação e inconsistências nos dados coletados, têm dificultado o aprofundamento do entendimento sobre as desigualdades raciais no país.

Apesar do aumento no número de pessoas que se autodeclaram negras, a representatividade desse grupo em espaços de poder ainda é limitada. Este cenário é corroborado por Eliane dos Santos Cavalleiro (2020), que enfatiza que, apesar da diversidade cultural do Brasil, as estruturas de poder permanecem dominadas por uma perspectiva ocidental, excluindo majoritariamente a população negra dos espaços de liderança e destaque. Cavalleiro (2020) também ressalta que a população negra, em sua maioria, continua à margem da sociedade, enfrentando condições de vida adversas e com acesso limitado a oportunidades de educação, trabalho e moradia.

A ausência de medidas reparatórias ou inclusivas após a abolição da escravidão no Brasil resultou na perpetuação de um sistema social profundamente desigual, onde as relações sociais e as oportunidades para a população afrodescendente continuaram a ser moldadas pela herança da escravidão. Abdias Nascimento (1980), na obra *O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africana*, também critica essa situação, afirmando que a história do Brasil foi concebida e estruturada por uma elite branca, em benefício próprio, excluindo a maioria da população das esferas econômicas, socioculturais, políticas e militares.

De acordo com Silvio Almeida, na obra *Racismo Estrutural* (2020), no Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial são sustentadas pelo discurso da meritocracia, que atribui às pessoas negras a responsabilidade por sua condição socioeconômica, ao alegarem que não se esforçaram o suficiente. Para Almeida (2020), esse discurso, amplamente adotado em um país marcado pela desigualdade, legitima as disparidades sociais e dificulta a implementação de políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do Estado.

Além dos aspectos já mencionados, o próprio desenvolvimento curricular das instituições escolares, contribui para a perpetuação da desigualdade. Durante a formação do sistema educacional brasileiro, a escolha e a organização dos

conteúdos escolares foram feitas a partir de uma perspectiva eurocêntrica, em que a visão da população branca foi priorizada em detrimento das demais etnias e culturas.

Na tentativa de minimizar esses impactos e possibilitar um maior acesso de pessoas negras na UEM, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB/UEM), constitui uma iniciativa que congrega estudantes e professores de graduação e pós-graduação. Sob a coordenação da Professora Doutora Marivânia Conceição de Araújo, o NEIAB tem como principal objetivo promover debates amplos acerca das questões raciais na sociedade brasileira. A luta pela implementação das cotas raciais na UEM, se intensificou em julho de 2018 pelo Coletivo Yalodê-Badá, o NEIAB e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o que culminou na aprovação das cotas em 20 de novembro de 2019, data emblemática por coincidir com o Dia da Consciência Negra. A partir dessa data, 20% das vagas em cada curso, turno e câmpus da UEM foram reservados para estudantes negros, alinhando a Universidade com outras instituições de ensino superior no Brasil que já adotavam políticas semelhantes.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa quantitativa integrou dados de pesquisas bibliográficas e de campo, utilizando questionários *on-line* via *Google Forms* direcionado a 127 alunos do curso de Pedagogia da UEM-Sede, dos turnos matutino e noturno. Durante visitas às salas de aula, os estudantes foram convidados a preencherem o formulário voluntariamente. O questionário abordou o ano de estudo, período, identidade de gênero, idade, cor da pele, percepções sobre cotas raciais e inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, com o intuito de entender a diversidade acadêmica, opiniões sobre cotas e a experiência com a presença de professores e colegas negros. Esta pesquisa foi previamente submetida e aprovada pelo Conselho de Pesquisa e Pós Graduação (COPEP), garantindo o cumprimento dos princípios éticos necessários para a condução do estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam uma baixa representatividade negra tanto entre os alunos quanto entre os professores na UEM, com muitos estudantes relatando a ausência de professores negros ao longo de sua formação. A continuidade dessa exclusão racial é destacada desde a educação básica até o ensino superior. Embora a maioria dos alunos apoie as cotas raciais, há uma falta de

conscientização sobre sua aprovação e implementação na universidade, sugerindo a necessidade de mais divulgação e debate sobre o tema. Além disso, a pesquisa mostra que a inclusão de disciplinas sobre a história e cultura afro-brasileira no curso de Pedagogia é limitada e superficial, indicando a necessidade de uma revisão curricular para garantir uma formação mais inclusiva e crítica.

## CONCLUSÕES

A pesquisa revelou uma significativa falta de representatividade negra entre os alunos e professores do curso de Pedagogia da UEM-Sede, indicando uma persistente exclusão racial desde a educação básica até o ensino superior. Apesar do apoio geral às cotas raciais, há baixa conscientização sobre sua implementação, o que exige mais divulgação e discussão sobre políticas de inclusão na universidade. A análise do currículo do curso de Pedagogia mostrou uma abordagem insuficiente sobre a história e cultura afro-brasileira, evidenciando uma lacuna educacional. Esses resultados ressaltam a necessidade de revisar e expandir as práticas educativas, incluindo disciplinas específicas e uma perspectiva crítica sobre questões étnico-raciais, além de fortalecer políticas de permanência e conteúdos afro-brasileiros, para promover uma universidade mais diversa e equitativa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.

ARAÚJO, Marivânia C. **Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB/UEM)**. pgc.uem. Disponível em: <https://pgc.uem.br/nucleos-e-grupos-de-pesquisa/nucleo-de-estudos-interdisciplinares-afro-brasileiros-neiab-uem>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2020

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.